### INSTRUÇÕES

ATENÇÃO: Este Boletim deve ser preenchido em duplicado, de forma bem legivel e remetido imediatamente após o início de funções nessa Entidade.

A inscrição é regulada especialmente pelos artes 1º, 2º, 3º, 4º e 113º do Estatuto da Aposentação (Decreto-Lei nº 498/72, de 9 de Dezembro), com a redacção dada pelo Decreto - Lei nº 191-A/79, de 25 de Junho, e por legislação específica.

- Código Serviço Campo de identificação informática que possibilita o acesso aos dados referentes à Entidade na CGA inscrições, descontos, contagens de tempo, aposentações e
- Entidade Este campo é obrigatoriamente preenchido para efeitos de identificação da Entidade e do respectivo endereço postal, pois destina-se também à devolução do duplicado

- ngeo Norme Completo e sem abreviaturas, conforme o Bilhete de identidade. Sexo Assinalar o quadrado respectivo.
- Filiação Nomes completos e sem abreviatura

Nº. Mecanográfico - A preencher quando exista.

- nr.: mecanogranico A preencher quando exista Inscrição Assinalar o quadrado correspondente, indicando no local próprio a forma de admissão e a data do inicio de funções nessa Entidade. Se tiver assinalado o quadrado correspondente a octar forma de atmissão, indique qual Disposição Legal Mencionar a legislação ao abrigo da qual se procedeu à admissão.
- c)

mento obrigatório)

Assinalar se se trata de horário completo ou parcial.

Tratando-se de inoxulo PARCIAL deverá mencionar-se o nº de horas do Tempo Parcial e do Tempo Completo, assim como os vencimentos respectivos.

Deve indicar - se nos respectivos campos o escalão e índice ou o nível remuneratório. Note que todos os dados se reportam à data de início de funções nessa Entidade (campos de

- remuneraturo.

  OUTRAS RESINDERAÇÕES Apenas quando existam outras remunerações sobre as quais deva incidir desconto de quota (artº 5º do Estatuto da Aposentação) d)

encionar quaisquer outras observações que permitam identificar com rigor todas as situações

As declarações constantes deste Boletim são da exclusiva responsabilidade da Entidade que as emite

## ANEXO II

CAIXA GERAL DE	PARA USO ENCLUNIO DA CGA	
	S* SUBSCRITOR	INSCRIÇÃO EM
<b>APOSENTAÇÕES</b>		للالباليا
	PESQUISA ENECUÇÃO	CODIGO VERVICO
BOLETIM DE REINSCRIÇÃO	PERCIE	
DOPETIM DE REMOCKIÔNO	1	10212 22316 1
	ENTIDADE	
PRECIONAL INTERNACION LETRAS MAIGRELAS BEN LEGIVERE ANTES DE PRECIONER O MODELO, LEIA ATENTAMENTE AI PATRILEGIS		
NO VERSO COMMONTAL LAVAR-4K		
D DATA DE NASCINIENTO		
1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1		
CARGO OU POSTO		Nº MECANOGRÁFICO
INÍCIO DE PUNÇÕES NESTA ENTIDADE PUR Nº DE SUBSCRITOR		
NONBAÇÃO		
T CONTR. TRABALHO DIRECTO PRIVADO COMESSÃO DE MERVICO		
DATA FDM REGRESSO AD LIVEAR DE GRIVEM DESTACAMENTO		
C TRANSFERÊNCIA OXITRA FORMA DE ADAISSÃO		
DATA CORRESPONDENTE		
DESPOSIÇÃO LEGAL QUE PERMITE A ADMESSÃO AND MÉS DA		
OINTERESSADO ESTA SURITO DE FORMA CONTINUADA A DIBECÇÃO E DISCIPLINA DOS ORGÃOS DA ENTÍDADE SIN SÃO		
I T		
M HORÁRIO	VENCINE	
U SEMANAL PARCIAL Nº HORAS EM TEMPO C		
A Nº HORAS EM TEMPO P	ARCIAL VENCING	MTOS
SECALAO INDICE NÍVEL OUTRAS REMONERAÇÕES (BUTUTAS A DESCONTO)		
A) EM CASO DE ACUARULAÇÃO DE CARCOS OU FUNÇÕES INDICAR		
O -A CUTRA ENTIDADE  B - HORABIO SEMANAL AI PRATICADO		
I V		
Š .		
1		

### INSTRUÇÕES

ATENÇÃO: Este Boletim deve ser preenchido em duplicado de forma bem legivel e remetido imediatamente após o inicio de funções nessa Entidade.

A reinscrição é regulada pelo nº2 do artº 3º do Estatuto da Aposentação (Decreto-Lei nº 498/72, de 9 de Dezembro), com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 191-A/79, de 25 de Junho, e por legistação específica

- Código Serviço Campo de identificação informática que possibilita o acesso aos dados referentes à Entidade na CGA reinscrições, descontos, contagens de tempo, aposentações e
- Entidade Este campo é obrigatoriamente preenchido para efeitos de identificação da Entidade e do respectivo endereço postal, pois destina-se também à devolução do duplicado do Boletim em envelope janela.

### 3. Identificação

- Nome Completo e sem abreviaturas, conforme o Bilhete de Identidade. Sexo Assinalar o quadrado respectivo.
- a) b)

# 4. Situação

- Nº. Mecanográfico A preencher quando exista
- b)
- Nº. Mecanográfico A preencher quando exista
  Nº de Subscritor Ainda que se desconheca o nº de subscritor, deve mencionar-se
  qual o Lutino servico por onde descontou, bem como a batario do exercício.
  Reinscrição Assinalar o quadrado correspondente, indicando no local próprio a
  forma de admissão e a data do início de funções nessa Entidade. Se tiver
  assinalado o quadrado correspondente a porta por publica, indique qual
  Disposição Legal Mencionar a legislação ao abrigo da qual se procedeu à
  admissão.

Remunerações
Note que todos os dados se reportam à data de inicio de funções nessa Entidade (campos de preenchimento obrigatório)
a) Assinalar se se trata de horário completo ou parcial
b) Tratando-se de HORARIO PARCIAL deverá mencionar-se o nº de horas do Tempo Parcial e do Tempo Completo, assim como os vencimentos respectivos.
c) Deve indicar - se nos respectivos campos o escalão e indice ou o nível remuneratório.

- TITURI PERMUTRIBUTIO.

  OUTRAS REANNEAÇÕES Apenas quando existam outras remunerações sobre as quais deva incidir desconto de quota (anº 6º do Estatuto da Aposentação)

encionar quaisquer outras observações que permitam identificar com rigor todas as situações

As declarações constantes deste Boletim são da exclusiva responsabilidade da Entidade que as emite

## Portaria n.º 166/95

### de 2 de Março

O Decreto-Lei n.º 88/94, de 2 de Abril, regulamenta as condições de isenção de IRS ou IRC dos rendimentos de valores mobiliários da dívida pública obtidas por entidades não residentes.

Nos termos do n.º 3 do artigo 1.º do referido decreto-lei, manda o Governo, pelo Ministro das Finanças, o seguinte:

- 1.º Os empréstimos regulados pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 1-B/95 e 1-E/95, de 5 de Janeiro de 1995, a emitir em 1995, são acrescentados à lista publicada através da Portaria n.º 377-A/94, de 15 de Junho, considerada a alteração introduzida pela Portaria n.º 987-A/94, de 7 de Novembro.
- 2.º Esta portaria entra em vigor no dia imediato à sua publicação.

Ministério das Finanças.

Assinada em 7 de Fevereiro de 1995.

O Ministro das Finanças, Eduardo de Almeida Catroga.

# MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

## Portaria n.º 167/95

## de 2 de Março

Considerando que há mais de um ano presta serviço na Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas,

Transportes e Comunicações uma telefonista pertencente ao quadro de efectivos interdepartamentais;

Considerando o interesse da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações em integrar no seu quadro de pessoal a referida funcionária;

Considerando a inexistência de vagas no referido quadro e naquela carreira;

Considerando o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 247/92, de 7 de Novembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro:

Manda o Governo pelos Ministros das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações que o quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, aprovado pela Portaria n.º 133/88, de 29 de Fevereiro, seja aumentado de um lugar na carreira de telefonista.

Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Assinada em 23 de Janeiro de 1995.

Pelo Ministro das Finanças, Norberto Emílio Sequeira da Rosa, Secretário de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, José António da Ponte Zeferino, Secretário de Estado Adjunto do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

# MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

## Portaria n.º 168/95

### de 2 de Março

Com fundamento no disposto nos artigos 19.°, 20.°, 21.° e 27.° da Lei n.° 30/86, de 27 de Agosto, e 80.° e 81.° do Decreto-Lei n.° 251/92, de 12 de Novembro; Ouvido o Conselho Nacional da Caça e da Conservação da Fauna:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, o seguinte:

- 1.º Pelo presente é declarada extinta a concessão do regime cinegético especial atribuída pela Portaria n.º 12/91, de 4 de Janeiro, à SONEPAC Sociedade Nacional de Exploração Pecuária, Agrícola e Cinegética, S. A.
- 2.º Ficam sujeitos ao regime cinegético especial os prédios rústicos denominados «Monte da Costa» e outros, sitos nas freguesias de São Miguel do Pinheiro e São João dos Caldeireiros, município de Mértola, com uma área de 1722,0250ha, conforme planta anexa ao presente diploma e que dele faz parte integrante.
- 3.º Pelo presente diploma é concessionada, até 31 de Maio de 2002, a Luís Jorge Fiúza Lopes, entidade equiparada a pessoa colectiva com o n.º 814899056 e sede na Casa dos Cedros, Venda do Pinheiro, Malveira, a zona de caça turística do Monte da Costa (processo n.º 490 do Instituto Florestal).
- 4.º Luís Jorge Fiúza Lopes, como entidade gestora da zona de caça turística concedida pelo presente diploma, fica obrigado a cumprir e a fazer cumprir o plano de ordenamento e exploração cinegético aprovado e demais disposições legais e regulamentares do exercício da caça que lhe forem aplicáveis, sem prejuízo da responsabilidade pessoal dos infractores.

- 5.º Nesta zona de caça turística é facultado o exercício venatório a todos os caçadores em igualdade de circunstâncias, quando devidamente licenciados pela entidade gestora.
- 6.º 1 A zona de caça turística será obrigatoriamente sinalizada com tabuletas do modelo n.º 4 definido na Portaria n.º 697/88, de 17 de Outubro, conjuntamente com o sinal do modelo anexo à Portaria n.º 569/89, de 22 de Julho.
- 2 A sinalização obedecerá às condições definidas nos n.ºs 6.º a 9.º da Portaria n.º 697/88, 3.º e 4.º da Portaria n.º 569/89 e 6.º e 7.º da Portaria n.º 219-A/91, de 18 de Março.
- 7.º Os prédios rústicos que integram esta zona de caça turística, nos termos do disposto no artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 251/92, para efeitos de polícia e fiscalização da caça, ficam submetidos ao regime florestal, obrigando-se o concessionário a manter um guarda florestal auxiliar dotado de meio de transporte, com observância do disposto no n.º 7.º, n.ºs 2 e 3, da Portaria n.º 219-A/91.
- 8.º O disposto no presente diploma não é aplicável às áreas consignadas no artigo 14.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 30/86, de 27 de Agosto.
- 9.º Esta concessão é renovável nos termos do disposto no artigo 83.º do Decreto-Lei n.º 251/92.
- 10.º É revogada a Portaria n.º 12/91, de 4 de Janeiro.

Ministério da Agricultura.

Assinada em 30 de Janeiro de 1995.

Pelo Ministro da Agricultura, Álvaro dos Santos Amaro, Secretário de Estado da Agricultura.

